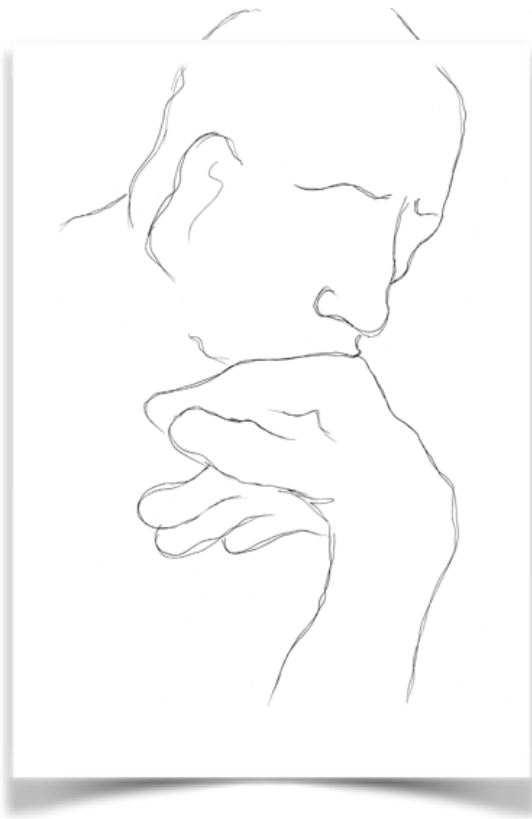


O idoso e a sociedade moderna: desafios da gerontologia¹

Theophilos Rifiotis



A gerontologia, como saber crítico sobre a velhice e o envelhecimento, está formando sua tradição científica inserida em um grupo de estudos em constante mudança. Atualmente, a gerontologia defronta-se com uma série de dilemas teóricos e éticos que desafiam os pesquisadores, profissionais da área e as políticas sociais, os quais nos parecem decisivos para consolidá-la. Propomos neste texto apresentar e discutir quatro desafios que se articulam em quatro eixos principais: 1) o desafio ético da minoridade; 2) o desafio teórico-ideológico; 3) o desafio da indignação e da judicialização”; e 4) o desafio da rerritualização vital.

Trata-se de um primeiro esboço, cujo objetivo é o de ampliar a reflexão crítica e exotérica, no sentido das escolas da antiguidade helênica de transmissão aberta e de interesse coletivo. Referimo-nos a “desafios” no sentido próprio da palavra, que remete à recusa de uma situação, ou ordem pré-estabelecida. “Desafio” é uma declaração provocadora, como num duelo”, e está em terreno arenoso e tem futuro incerto... Porém, vale a pena correr esse risco para colocar em questão os dilemas atuais que compartilhamos no campo da gerontologia.

O desafio ético da minoridade

Começemos por um desafio que tem algo de paradoxal, que poderia ser chamado de “minoridade dos velhos”. Não seria exagero dizer que enfatizamos na população idosa a condição de vítima, de excluída, discriminada, carente, pobre, dependente, sem escolaridade, sem voz, nem vez, etc. Sem dúvida, uma parcela importante da população idosa no Brasil vive em condições de extrema carência, e não se pode minimizar este fato. Porém, neste espaço de reflexão, quero chamar a atenção para dois elementos implícitos nesse tipo de discurso gerontológico que podem levar-nos a melhor compreender esse paradoxo e, quem sabe, a superá-lo.

¹ Conferência proferida na VII Jornada de Inverno da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (Porto Alegre, 26 de agosto 2005). Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq. Artigo publicado originalmente em *Pro-Posições*, v. 18, n. 1 (52) - jan./abr. 2007 e cedido pelo autor para publicação na *Revista Longevidade*, em novembro/22.

Todos concordamos que tratar a população idosa como vítima, carente, etc faz dela mais um objeto de assistência do que um sujeito social, ainda que o exercício da cidadania seja limitado a certos segmentos sociais. Penso que ao tratarmos os idosos desse modo, ainda que seja com a intenção positiva de "ajudar", estamos procedendo a uma redução que produz e, o que é mais grave, reproduz uma visibilidade social deteriorada. Fazendo assim, atribuímos uma minoridade aos idosos, e precisamos estar atentos a processos que possam, no limite, infantilizá-los.

Indo mais além nesse desafio, perguntaria: qual é atualmente o lugar da gerontologia e dos gerontólogos, e quais são as suas relações com os idosos²? Eles são sujeitos ou objeto? "Sujeito!", diremos sem dúvida. A resposta, por vezes, tem algo de "politicamente correta", ou seja, está racionalmente presente no nosso discurso, mas isso é insuficiente para construir uma nova postura ou estabelecer efetivamente outra relação. Perguntando mais diretamente, podemos considerar que há um verdadeiro diálogo entre gerontólogos e idosos? A resposta positiva passa não apenas pelo desejo individual, mas por uma compreensão mais profunda dos limites da gerontologia e da nossa própria história.

Hoje nos surpreendemos e, às vezes, sentimos um certo constrangimento com afirmações que há poucos anos nos pareciam tão adequadas e que nos serviram de inspiração e guia de reflexão. Lembremos, por exemplo, o prefácio do conhecido livro de E. Bosi, *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*, no qual Marilena de Souza Chauí escreveu: "O velho não tem armas. Nós é que devemos lutar por ele". Esta, acredito, é a tua tese, Ecléa" (CHAUÍ, 1999, p. 18). A essas palavras, proferidas como sincero elogio, segue-se a seguinte explicação de M. Chauí:

Mas se os velhos são os guardiões do passado, por que nós é que temos de lutar por eles? Porque foram desarmados. Ao mostrá-lo, Ecléa, sua tese deixa exposta uma ferida aberta em nossa cultura: a velhice oprimida, despojada e banida. (CHAUÍ, 1999, p. 18)

Francamente, não queremos aqui fazer nenhuma injustiça, minimizando a importância dessa obra ou evocando retrospectivamente limites no passado, e tampouco poderíamos trair a nossa própria história esquecendo o quanto esse livro foi importante para o nosso interesse pela dinâmica dos grupos etários. Porém, relendo hoje estas palavras, cabe a indagação: teríamos avançado em relação àquela visão sobre a população idosa, mudando a nossa postura pessoal e intelectual?

Será que a imagem assistencial reducionista que qualifica a relação que mantemos com essa população em termos de duas metades, "benfeitores" e "necessitados", está superada? Não parece ser o caso, e por esta razão é oportuno lembrar os "obscuros mecanismos" desta relação que pressupõem a desigualdade, a dívida e a gratidão (CAPONI, 2000, p. 15). Falar no lugar do outro, fazer-se seu porta-voz?! Em termos políticos, há uma indignidade em falar pelo outro, de agir pelo e no lugar do outro. Falar por si mesmo é a grande lição de Maio de 68", afirmou G. Deleuze em entrevista ao *Jornal Libération*, publicada na *Folha de São Paulo* (1986). Para ele:

² Apesar do caráter cronológico, preferimos o termo "idoso" ao consagrado "terceira idade", que por sua vez remete ao sistema de aposentadoria (DEBERT; SIMÕES, 1994).

Que os médicos não tenham direito de falar em nome dos doentes e, também, que eles tenham o dever de falar, enquanto médicos, sobre problemas políticos, jurídicos, industriais, ecológicos, isso traduz a necessidade de haver grupos, como queria o movimento de Maio de 68, que reúnam, por exemplo, médicos, doentes, enfermeiros. São os grupos multivocais.

Assim, o primeiro desafio poderia ser formulado nos seguintes termos: estamos prontos e exercendo um verdadeiro diálogo com aqueles que chamamos de sujeitos na gerontologia? Haverá lugar para uma, digamos, gerontologia dialógica”?

Tal questão comporta uma breve reflexão sobre a nossa própria condição de seres envelhecendo, lembrando que a nossa pesquisa não se aplica exclusivamente a um “outro” radical, mas igualmente a nós mesmos. Em termos biográficos, diríamos que houve um dia (há muito tempo!) em que eu era jovem iniciante na gerontologia, hoje, eu continuo iniciante, mas não sou mais jovem, e não posso deixar de trazer a minha reflexão crítica sobre a sociedade para dentro dos meus estudos e do meu próprio processo de envelhecimento. Em outras palavras, assim como aconteceu com as feministas nos estudos de gênero, nós também vamos modificando as nossas concepções, à medida que vivemos os processos de envelhecimento. A minha postura pessoal e política não me permite aceitar passivamente a condição de “objeto” da gerontologia ou vítima, e me exige um enfrentamento de tal situação também no plano pessoal, como um verdadeiro desafio.

O desafio teórico-ideológico

Um segundo desafio a considerar é a mudança radical do significado do envelhecimento e da condição dos idosos. À medida que aumenta a expectativa de vida e cresce o percentual de pessoas idosas, elas deixam de ser uma espécie de “elite de anciãos”. Memória, experiência ou conhecimento deixam de ser apanágio daquele segmento de população, e a sua valorização nos termos de “melhor idade” vai perdendo legitimidade, podendo, no limite, tornar-se uma auto-ironia.

Sabemos que as mudanças sociais atualmente em curso têm implicações concretas nos processos de socialização, especialmente nas referências utilizadas na formação dos indivíduos. M. Mead (1979) percebeu muito bem essa situação e propôs a distinção de três tipos básicos de cultura quanto ao modo de socialização³:

- *pós-figurativa*: as crianças são instruídas antes de mais nada pelos pais;
- *co-figurativa*: as crianças e adultos aprendem de seus próprios pares;
- *pré-figurativa*: as crianças também ensinam a seus pais.

Entendo que seja fundamental para a gerontologia compreender que o aumento da longevidade se confronta com um processo de mudanças culturais que rebatem sobre a própria população idosa. Tal situação é extremamente importante porque tem implicações sobre a divisão de papéis sociais e a reprodução social, além de modificar radicalmente a nossa visão sobre o envelhecimento. Precisamos pensar em como incorporar esse dilema

³ Em artigo publicado anteriormente, intitulado Grupos etários e conflito de gerações: base antropológica para um diálogo interdisciplinar (1995), detalho essa questão.

na prática gerontológica, porque o discurso social já está refletindo nestes termos, como mostra a crônica intitulada "Conselho aos jovens" da escritora Raquel de Queiroz (2001):

Sempre me perguntam, principalmente agora ao chegar aos 90 anos, que conselhos tenho para dar aos jovens. Confesso humildemente que a pergunta que desejaria lhes fazer seria: que conselhos terão os jovens para me dar?

A pergunta de Raquel de Queiroz é eloqüente e cabal. Ela nos oferece um retrato consistente do momento de mudanças, da preponderância do modelo co-figurativo e pré-figurativo, cujos impactos sobre os processos de socialização e modos de vida dos idosos já eram apontados por E. Morin em *Cultura de massa no século XX* (1967, p. 132):

Com o desenvolvimento das civilizações a autoridade dos velhos se degrada, o acesso à idade adulta é abrandado: não há ruptura dilacerante entre infância e idade adulta de homem; o casulo familiar cerca, durante muito tempo com sua tépida proteção, a formação do indivíduo; o adeus ao reino da mãe não é consumado a não ser pela morte.

Os termos de Raquel de Queiroz são inequívocos, e as experiências quotidianas dos idosos comprovam as suas afirmações. Porém, parece que resistimos a aceitar que uma nova configuração do envelhecimento e do ciclo vital esteja em curso. Creio que precisamos, ou melhor, devemos, repensar o papel dos idosos e o "fosso entre as gerações" (MEAD, 1979), antes que ele se aprofunde e o nosso discurso perca o contato com as experiências sociais em curso, sobretudo se quisermos contribuir para o diálogo entre as duas margens.

De um ponto de vista mais amplo, diremos que somos prisioneiros de um referencial teórico que não permite a leitura crítica e atual da condição dos idosos, pois exige antecipadamente uma adesão valorativa que é uma espécie de "ícone disciplinar" (COHEN, 1994). Trata-se aqui de uma, digamos, componente ideológica da gerontologia. Nesse quadro, a ideologia gerontológica representaria um desafio para a concepção teórica, pois uma está limitando o desenvolvimento da outra. Radicalmente, caberia perguntar: qual será a mensagem que a gerontologia e os saberes ligados ao envelhecimento (Geriatrics, Ciências Sociais, Psicologia, etc) produzirão quando a "nova" face da esfinge do envelhecimento aparecer, e a velhice não puder ser chamada de a "melhor idade"?

Nos últimos anos, temos estudado os contatos entre as duas margens, seja na forma de reciprocidade positiva ou negativa. Os trabalhos sobre as dinâmicas etárias nas sociedades tradicionais banto-falantes (RIFIOTIS, 1994; 1998), bem como os estudos de processos penais de crimes de parricídio, demonstram que as situações de conflito entre grupos etários e no interior da família podem ensinar muito sobre o processo de envelhecimento. Foi exatamente nesse sentido que apresentamos em congressos da área do envelhecimento dois trabalhos, ainda não publicados⁴, sobre o que chamamos de "a busca do paraíso perdido dos idosos nas sociedades tradicionais", ou seja, a imagem de uma situação ideal para os idosos. Entendemos que essa valorização da condição dos idosos nas sociedades tradicionais é homogeneizadora, não corresponde ao que os dados de campo mostram, e tende a reificar os atributos de sabedoria e de experiência ou seus

⁴ Referimo-nos aos textos *De toute ancienneté. Analyse des récits traditionnels sur la condition des âgées*, apresentado na III International Conference on Anthropology and the History of Health and Disease (Gênova, 13-16 março 2002) e *As sociedades tradicionais e o idoso* apresentado no VII Congresso Sulbrasileiro de Geriatrics e Gerontologia (Porto Alegre, 3-6 setembro 2005).

homólogos. Além do mais, é preciso repetir sempre que a nossa sociedade é, na terminologia de M. Mead (1979), co-figurativa e pós-figurativa, e que, portanto, os idosos não são mais espelho para os jovens, nem essa era a única possibilidade de significado na vida. Trata-se de uma espécie de uma questão de valores, e por isso de difícil aceitação, razão pela qual vamos procurar colocá-la em outros termos. Lembremos, por exemplo, do belíssimo e conhecido "Instantes", atribuído a J. L. Borges, que valoriza o momento presente, ou do seguinte poema que trata a questão com certa jocosidade (COELHO, P. 1994):

Quando eu ficar velha, vou me vestir de púrpura. Com um chapéu vermelho que não combina e não me deixa bem. Quero gastar minha aposentadoria em conhaque, luvas de seda, sandálias de cetim, e depois dizer que não sobrou dinheiro para a manteiga. Quero sentar-me no chão quando estiver cansada, pegar amostras grátis nas lojas, apertar os botões de alarme, raspar minha bengala nos gradis das ruas. Para compensar a sobriedade de minha juventude, vou sair de chinelos na chuva, e colherei flores nos jardins alheios. E vou cuspir no chão. Vou poder usar blusas horríveis, vou poder engordar.

A revolta antecipada e o grito de liberdade dessa poesia contrastam com a intensidade das palavras finais de "Instantes": "Mas, já viram, tenho 85 anos e sei que estou morrendo". É a visão trágica do adiamento, e não há como não sermos tomados de uma viva emoção diante de um relato como aquele. Ambos falam com a sutileza do artista, que não é a mesma do cientista, do presente, e do quanto nos ressentimos por não tê-lo vivido plenamente. Com sensibilidade, evocam um mal-estar e fazem uma crítica social ao modelo hegemônico do adiamento, revelando-nos contradições da condição dos idosos. Por essa razão, diríamos que é dos fantasmas da nossa idealização do campo da gerontologia que se trata, quando falamos na resistência em manter a imagem do "paraíso perdido".

O desafio teórico-ideológico que estamos descrevendo tem um componente ético que não pode ser negligenciado, mas que ultrapassa os limites do nosso texto e apenas podemos aqui apontar a sua existência, lembrando a análise de L. Cohen no texto "Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia" (1994). Se por um lado a gerontologia tem como objeto preferencial o idoso aposentado com necessidades de proteção e apoio, o que representa o "objeto desejado", "ícone disciplinar" (COHEN, 1994), o efetivo objeto de estudo e de ação para os gerontólogos nas suas diferentes especialidades é geralmente o "jovem velho", aposentado com recursos suficientes para custear a sua *medicalização* e *lazerização*. Trata-se de uma questão importante para a compreensão dos limites do discurso e das práticas no campo da gerontologia.

É neste contexto complexo, cujos contornos não são ainda visíveis e estão em mudança, e nem os problemas teóricos bem equacionados, que a gerontologia atua. Em tal contexto, um desafio atual da gerontologia residiria no fato de que

A antiga motivação que levava as pessoas a ter filhos, que permitiu aos homens e mulheres do passado trabalhar e se reproduzir durante centenas de gerações, a fim de que outros pudessem viver como eles haviam vivido, não existe mais. A nossa geração terá uma espécie de fim curioso não tendo sucessores. (MEAD, 1979, p. 16)

O paradoxo é ainda maior porque a minha geração considera o seu fim como um ganho, valorizando mais a mudança do que a reprodução do seu estilo de vida. Vivemos na valorização incondicional do novo. Estamos fortemente ligados à ideologia de mudança, e por isso reforçamos seus aspectos positivos sem nos darmos conta, por vezes, das contradições que ela engendra. Hoje, os idosos têm mais consciência da sua força, de seu poder político, de suas necessidades, e lutam por uma vida mais gratificante com menos constrangimentos e mais alternativas de auto-realização. Porém, talvez sejamos levados a deixar de lado as contradições que os sujeitos sociais vivem, naquilo que estamos chamando de nova configuração do envelhecimento.

De qualquer modo, como dizia o poeta, é certo que

A juventude chama a velhice através dos cansados anos: O que encontraste?”, grita ela, o que procuraste?” “Aquilo que tu encontraste”, responde a velhice, chorando: Aquilo que procuraste”. (THOMAS, Dylan *apud* BOBBIO, 1997, p. 29)

Assim, voltando ao aspecto específico do segundo desafio, lembramos que a descoberta do desaparecimento da imagem da velhice respeitada e desejada como ideal social foi feita pelos próprios idosos. Não cabe, portanto, a nós, reproduzir uma versão edificante, exclusivamente a título de valorização ideológica. É fato, como afirmou o famoso etnopsicanalista E. H. Erikson em seu livro *El ciclo vital completado* (1990), que deixamos de ter uma “elite de anciãos”, para termos um simples grupo de idosos, ou “massa de velhos”, como ele classifica, e que discutiremos mais adiante em nosso quarto desafio. É neste sentido que o nosso segundo desafio está implicado num cruzamento de questões teóricas e ideológicas, e até políticas.

O desafio da indignação e da judicialização”

Atualmente, a indignação e a denúncia são marcas características da gerontologia. É assim, sobretudo, quando se trata de seu objeto preferencial, ou seja, os idosos carentes, excluídos ou discriminados. Trata-se de uma prática de reconhecimento, de visibilidade social da maior importância política e ética, mas que por si só não pode ser considerada equivalente ao saber gerontológico. Aliás, o discurso da indignação pode, por vezes, confundir-se com a análise do fato denunciado, mas ela é condenação, discurso contra uma situação, e não um discurso científico. A indignação é uma reação de adesão e emoção, e não é necessariamente o melhor caminho para produzir mudanças sociais. A indignação pode tornar-se um problema ou uma oportunidade, caso tenhamos consciência dos limites analíticos que ela impõe e se a considerarmos como questão ética e/ou estratégica. Este seria um terceiro desafio para a gerontologia.

Considerando a discriminação contra os idosos, por exemplo, perguntaríamos: qual deve ser a contribuição do cientista-gerontólogo no campo da discriminação? A denúncia, sem dúvida, porque ela é uma exigência ética. Porém, a discriminação é um típico fenômeno que se instala e se reproduz microscopicamente no cotidiano dos nossos pequenos atos e palavras e que por isto é mais resistente e insidiosa. Para nós, é a capacidade de transformar a indignação em resultados que possam ser utilizados pelos agentes sociais para defenderem seus interesses coletivos que definiria melhor o nosso papel social. O conhecimento empírico da pesquisa gerontológica estaria a serviço da negociação social. Afinal, se a ação exige reflexão, a mudança exige reflexão crítica e qualificada, e esse é o

papel da ciência e do cientista-cidadão. O mesmo poderia ser dito das lutas por visibilidade e reconhecimento social das causas dos idosos que precisam mais da pesquisa gerontológica e/ou da sua intervenção profissional do que dos nossos discursos indignados e prescritivos.

Concordando com K. Popper (1994), consideramos que seria melhor trocar o utopismo, os objetivos últimos, para trabalharmos sobre os males concretos”, sobre os quais podemos ter avanços reais. Como desafio, tal postura implica abandonar a “ética do herói civilizador”, benfeitor” do gerontólogo, e recolocar-se como um produtor de conhecimento, deixando a voz e a vez para aqueles que queiram ver no trabalho científico um elemento para a sua luta política. Como dizia M. Weber, e parece válido ainda hoje: o cientista pode, através da sua pesquisa, dizer o que os atores sociais podem e, no limite, o que querem fazer, mas nunca o que devem fazer.

Para melhor caracterizarmos esse desafio, a sua importância e atualidade, podemos considerar dois exemplos de grande repercussão social: o Estatuto do Idoso e a Delegacia Especial do Idoso. Sem dúvida, são duas políticas sociais da maior relevância para a visibilidade e o reconhecimento das lutas dos idosos, e que podem contribuir para garantir e ampliar a cidadania e o acesso à justiça para a população idosa.

Dando continuidade à estratégia deste texto provocador e procurando ampliar o debate em torno de certos aspectos que nos parecem problemáticos” no discurso gerontológico, apontamos como terceiro desafio o que chamamos de judicialização das relações sociais” (RIFIOTIS, 2004). Conforme definimos em outra publicação, a judicialização” é o conjunto de práticas e valores, pressupostos em instituições como a Delegacia da Mulher, e que consiste fundamentalmente em interpretar a violência conjugal” a partir de um ponto de uma leitura criminalizante e estigmatizada contida na polaridade vítima-agressor”, ou na figura jurídica do réu” (RIFIOTIS, 2004). Trazemos a questão da *judicialização* para a gerontologia como uma espécie de teste da sua pertinência para a análise do Estatuto do Idoso e da Delegacia Especial do Idoso.

É fácil compreender que a leitura criminalizadora representa um ganho contra a impunidade. No entanto, o mais complicado e difícil de aceitar é que ela gera uma série de obstáculos para a compreensão e limita a intervenção nos casos de conflitos interpessoais. Foi essa a constatação de uma série de estudos realizados sobre a Delegacia da Mulher (MUNIZ, 1996; SOARES, 1999; SANTOS, 2001; RIFIOTIS, 2004). Para nós, a *judicialização* é teoricamente questionável e não parece corresponder às expectativas das pessoas atendidas nessas delegacias e tampouco ao serviço efetivamente ali realizado pelas policiais. Num sentido mais amplo, *judicialização* é o recorrente recurso aos serviços de polícia e de modo geral ao sistema judiciário que caracteriza as políticas públicas contra violência conjugal”. Na realidade, trata-se da criação de diversos mecanismos jurídicos para ampliar o acesso ao sistema de justiça a causas antes consideradas da ordem privada e reduzir a impunidade. Finalmente, entendemos que a *judicialização* representa um duplo movimento: de um lado a ampliação do acesso ao sistema judiciário, e por outro, a desvalorização de formas alternativas de resolução de conflito, e esse aspecto tem sido negligenciado.

As questões em torno dessa temática são muito complexas e de grande relevância para a gerontologia, sobretudo no que se refere à “violência” contra os idosos⁵. Pensando na Delegacia do Idoso, lembramos de uma análise dos atendimentos dessas instituições em São Paulo e Campinas, que foi coordenada por G. G. Debert, e que reforça a nossa avaliação⁶. De fato, aquela pesquisa mostrou que o maior número de queixas era relativo a agressores da própria família ou próximos, e que os idosos expressavam sua demanda como um pedido para que o delegado desse um “susto” no agressor. Entende-se que se procura um reordenamento das relações intrafamiliares mais do que um procedimento jurídico. É recorrente a chamada “retirada da queixa” pelos usuários desse tipo de serviço, como constatado igualmente na Delegacia da Mulher. Trata-se de uma busca por “justiça” e não de “entrar na justiça” (processo burocrático-legal). Em resumo, nesse tipo de instituição há muito mais demanda por uma resolução de conflitos do que por penalização, pois se trata de relações de grande proximidade pessoal e vínculos afetivos que são altamente significativos para os sujeitos envolvidos.

No que se refere ao Estatuto do Idoso, que completou um ano de existência, há necessidade de estudos específicos para uma avaliação do seu significado social. Neste texto, podemos apenas perguntar-nos: o que representa, em termos de valores e comportamentos sociais, a criação do Estatuto do Idoso? Acesso à justiça e garantia de direitos, certamente. Porém, há duas questões gerais sobre o Estatuto que mereceriam um maior aprofundamento e que por enquanto estão sem resposta: 1) como avaliar o Estatuto (e textos legislativos homólogos como o E.C.A. – Estatuto da Criança e do Adolescente) em termos de sua adequação à realidade, ou seja, da sua aplicabilidade?; 2) qual é o significado da *judicialização* no campo dos conflitos intrafamiliares em que o idoso é vitimizado?

A discussão sobre a *judicialização* é muito recente e controversa. Evidentemente, devemos trabalhar pela punição dos atos criminais, porém isto não basta, porque precisamos pensar nos limites da prisão como medida social, e, sobretudo, na necessidade de políticas sociais mais amplas que atuem na origem dos conflitos e na oferta de serviços que universalizem o acesso a outros mecanismos de resolução de conflito ou seu agenciamento. O nosso desafio será pensar a criação de leis como medida de curto prazo e punitiva, e que não podemos concentrar toda a nossa atenção no campo dos direitos. Precisamos fundamentalmente de políticas públicas (educativas, trabalho, lazer, cultura etc.) que atendam a demandas mais formadoras e duradouras. Assim, num contexto de “Estado mínimo” e de mudanças na configuração familiar e geracional, devemos pensar em outras saídas voltadas mais para o futuro, já que se trata de valores e comportamentos cotidianos que não podem ser regidos exclusivamente pela ordem jurídica.

O desafio da rerritualização vital

A rerritualização vital é o último ponto desta apresentação. Ele reúne todos os anteriores e de certo modo é a sua síntese. Antes de tudo, a rerritualização está associada ao

⁵Como discutimos em outros trabalhos (RIFIOTIS, 1997; 1999), o termo “violência” não tem uma definição teórica, sendo uma construção social produzida pela homogeneização de diferentes fenômenos, cujo traço comum são as atribuições de negatividade e exterioridade.

Trabalho intitulado “As Delegacias de Polícia de Proteção ao Idoso em São Paulo e Campinas” apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia (Salvador, 1995) por Fernanda de Castro Juvêncio e Vanessa Alves Baptista (1995).

crescimento da longevidade. Sem nos atermos à análise demográfica, sublinhamos apenas um fato geral: a expectativa de vida no Brasil passou de 33,7 anos em 1900 para 68,6 anos em 2000, e continua sua curva ascendente (VERAS, 1994, p. 29). A expectativa de vida praticamente dobrou em cem anos, ou seja, há hoje – metaforicamente falando – uma vida a mais. Esse tempo não-natural, ainda crescente, está em evidente contradição com milênios em que a nossa espécie se desenvolveu e criou seus modelos de percepção, de comportamento e de organização social.

Nessa nova configuração, que atinge todos os segmentos etários, não podemos mais pensar em termos de “elite de idosos”, cuja experiência, sabedoria e desapego ao cotidiano seriam características identitárias. Seguindo o que dissemos desde o início desta apresentação, e concordando com Erikson (1990), a criação desta vida a mais e dos modos de vivê-la significativamente são desafios fundamentais para a sociedade atual.

Como apontamos anteriormente, há uma mudança importante na própria auto-imagem das pessoas idosas, a identidade cultural está em pleno processo de mudança, ou melhor, de formação, já que se trata de um tempo novo de vida. Não é possível apenas deslocar o envelhecimento, suas imagens, comportamentos e modos de vida para os anos ganhos com os avanços da longevidade. Afinal, a metade da vida se passa entre nascimento, infância, juventude e maturidade, e a outra metade não será apenas uma parte homoganeamente distribuída.

A própria recusa do envelhecimento e as estratégias de adiamento, assim como as de melhoria na qualidade de vida, a depressão e a *lazerização* da vida, etc., são poucos exemplos de processos em curso, ainda pouco controversos para nós mesmos. Em tal contexto, parece que há sempre algo de novo a buscar. Entendemos que está ocorrendo um reordenamento do ciclo vital. Porém, as divisões e taxonomias que segmentam o ciclo de vida precisam ser significativas para os sujeitos.

Há algo mais do que uma simples insatisfação com a condição atual dos idosos. Estamos diante de um fato social novo e, de certo modo, inesperado, que é o idoso repensando o tempo passado e o tempo presente, questionando os modos de apropriação do tempo e da vida social como um todo. Não é apenas o idoso lamentando o tempo passado, mas afirmando um outro modo de viver, viver o presente, viver cada instante. Nesta nova imagem, o problema não é ser “velho”, mas não ter sido jovem e não conseguir ressignificar a ampliação dos anos de vida. Estamos diante de algo grande demais, uma espécie de aprendizado coletivo e um novo desafio para a gerontologia.

É nesse sentido que uma tal imagem pode abrir o diálogo entre as gerações. Ela está criando novos modelos de socialização para as crianças, nos quais as trocas seriam cada vez maiores, ou pelo menos teríamos maior compreensão mútua, diminuindo o fosso entre as gerações. Preparar a criança para a “melhor idade”, ressignificar as idades e as diferenças entre essas idades, com múltiplas implicações sobre o nosso modo de estar no mundo.

A “vida nova” também estará marcada por passagens entre diferentes etapas. Assim, por exemplo, o aposentado, que ainda terá mais trinta anos de vida pela frente, precisa significar seus diferentes momentos. A questão da aposentadoria e dos programas de preparação para a aposentadoria (PPAs) têm-se mostrado um excelente elemento para

compreendermos por que muitos idosos dizem que envelheceram de repente” com a aposentadoria⁷.

O envelhecimento é um processo de síntese da nossa percepção do tempo e, portanto, não é possível pensar e propor políticas públicas sem dar atenção a todas as etapas do ciclo vital, seja na infância ou na idade adulta. Os idosos não são o único sujeito das políticas para a “terceira idade”, e portanto devemos encarar o desafio de pensar de outro modo a complementaridade entre as etapas da vida. Precisamos preparar-nos para a nova condição do idoso, mas, sobretudo, a reestruturação da dinâmica etária e uma nova relação significativa entre começo e fim de vida (ERIKSON, 1990).

Considerações finais

Finalmente, gostaríamos de dizer que os desafios aqui lançados são observações gerais que precisam ser aprofundadas e testadas na sua pertinência. Porém, dada a importância do discurso gerontológico para a elaboração de políticas públicas e para o autoconhecimento dos idosos, procuramos neste texto refletir sobre a dinâmica da “condição dos idosos” e suas implicações para a gerontologia. Procuramos mostrar que hoje o nosso discurso não pode limitar-se a denunciar a “conspiração do silêncio”⁸, nem simplesmente a enfatizar o caráter cultural do envelhecimento.

Esclarecemos novamente que o nosso objetivo não foi fazer uma crítica genérica e generalizadora da gerontologia, mas apontar uma série de questões que identificamos na nossa trajetória de estudos e que acreditamos compartilhar com outros pesquisadores. Sabemos que a dessingularização das experiências individuais e a consciência da dimensão sistêmica e social do envelhecimento sempre foram tarefas da gerontologia crítica. Porém, se a expectativa de vida será palavra-chave da nossa época (SCHIRRMACHER, 2005, p. 12), devemos aprofundar a nossa compreensão das experiências em curso e de seu dinamismo. Os paradigmas que se irão formando, antes mesmo de se cristalizarem, serão colocados à prova, exigindo-nos o enfrentamento de novos desafios. Estaremos cada vez mais na incerteza e na precariedade teórica, sempre buscando acompanhar o dinamismo social.

De agora em diante, tudo é lucro!”, dizem alguns idosos, numa espécie de cálculo irônico que fala de uma estranha culpa e vergonha de exceder os limites de uma ultrapassada expectativa de vida. Assim, não podemos deixar que temas como eutanásia, suicídio, custo da vida e da morte prevaleçam em relação àqueles da ritualização das novas etapas do ciclo vital e da ressignificação geral da vida. Este é o desafio maior, mas este nós teremos de compartilhar com aqueles que chamamos de sujeitos, com os quais devemos ampliar o nosso diálogo, porque todos estamos implicados nessa caminhada. Em síntese, trata-se

⁷ Trabalhamos com a ideia de Claude Rivière de que há rituais profanos e consideramos que a crise da aposentadoria pode ser considerada como um momento ritual. Foi exatamente nesse sentido que orientamos uma monografia no Curso de Especialização em Gerontologia na UFSC, defendida por Ana Flávia Abdo Guimarães e Lia Rosa Leal (2001), que mostrou a produtividade analítica dos rituais profanos para o estudo da aposentadoria e do PPA.

⁸ É interessante notar que a tradução brasileira do clássico livro de S. Beauvoir, *La Vieillesse*, comporta, diferentemente do original em francês, um revelador subtítulo: *Realidade incômoda*. Mudança análoga observa-se na tradução de Cícero, passando de *Dialogue sur la vieillesse* da edição francesa para *Saber envelhecer* no Brasil.

de construir uma nova sinergia entre pensar e agir que nos desafia hoje, e para a qual ainda não estamos preparados.

Referências

BOBBIO, N. *O tempo da memória. De senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CAPONI, S. N. C. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2000.

CHAUÍ, M. Apresentação. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CÍCERO. *Dialogue sur la vieillesse. Suivit de L amitié*. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1928.

CÍCERO. *Saber envelhecer. Seguido de Lélio, ou A Amizade*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

COELHO, P. A velhice deve ser farta de liberdade (republicado de uma poetisa americana". *Folha de São Paulo*, 31/08/94, Ilustrada 5/4.

COHEN, L. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. *Textos didáticos: Antropologia e velhice* (IFCH/Unicamp), (13):73-134, março 1994.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A Aposentadoria e a invenção da terceira idade". *Textos didáticos IFCH/Unicamp* (DEBERT, G.G. (org.) *Antropologia e velhice*) 1(13): 31- 48, março 1994.

ERIKSON, E. H. *El ciclo vital completado*. México: Paidós Studio, 1990.

GUIMARÃES, A. F. A.; LEAL, L. R. *Aposentadoria como ritual de passagem. Estudo da aposentadoria entre trabalhadores da CELESC*. Monografia (Curso de Especialização em Gerontologia / UFSC). Florianópolis, 2001.

JUVÊNCIO, F. C.; BAPTISTA, V. As Delegacias de Polícia de Proteção ao Idoso em São Paulo e Campinas. Trabalho apresentado na *XX Reunião Brasileira de Antropologia*, Salvador, 1995. (mimeo)

MEAD, M. *Le fossé des générations. Les nouvelles relations entre les générations dans les années 1970*. Paris : Denoël/Gothier, 1979.

MORIN, E. *Cultura de massa no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1967.

- MUNIZ, J. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMS/RJ. SOARES, L. E. et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996, p. 125-163.
- POPPER, K. Utopia e violência. In: POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- QUEIROZ, R. Conselho aos jovens. *O Estado de São Paulo*, 2001.
- RIFIOTIS, T. A Mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso Favela Naval (Diadema). *Revista São Paulo em Perspectiva*, 13(4):28-41, 1999.
- RIFIOTIS, T. O Ciclo vital completado. A dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. In: BARROS, M.M.L. *Velhice ou terceira idade?* RJ: FGV, 1998, p. 85-110.
- RIFIOTIS, T. Grupos etários e conflito de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar. *Revista Política & Trabalho* (Mestrado em Ciências Sociais – UFPB) (11):105-123, 1995.
- RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, 19(1):85-119, 2004.
- RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (19):1-18, 1997.
- RIFIOTIS, T. *Aldeias de jovens: a passagem do mundo do parentesco ao universo da política em sociedades banto-falantes. Abordagem socioantropológica da dinâmica dos grupos etários através do estudo da literatura oral*. 1994. Tese (Doutorado). São Paulo, USP.
- SANTOS, V. R. *Práticas policiais nas delegacias de proteção à mulher de Joinville e Florianópolis (SC)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SCHIRRMACHER, F. *A Revolução dos idosos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SOARES, B. M. *Mulheres invisíveis. Violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- VERAS, R. P. *País jovem com cabelos brancos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UERJ, 1994.

Data de recebimento: 22/11/2022; Data de aceite: 20/12/2022

Theophilos Rifiotis - Professor Titular do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina e do

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências) e do GrupCiber (Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia) da UFSC. E-mail: t.rifiotis@ufsc.br